



Minuta da Acta nº 22/2010

	Presentes	Faltas	
		Justif.	N Justif.
Presidência ANTÓNIO D'OREY CAPUCHO	P		
Vereadores MARIA TERESA PERES D. RODRIGUES GAGO	P		
CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS	P		
MARIANA RIBEIRO DOS S.R.F. COSTA CABRAL	P		
ALÍPIO MARQUES MAGALHÃES FERNANDES	P		
MIGUEL PINTO LUZ	P		
ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO	P		
PEDRO ARANTES LOPES DE MENDONÇA	P		
FERNANDO MONTENEGRO VALADAS MARTINS	P		
MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMA CÔRDEIRO	P		
JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO	P		

Observações: O Sr. Presidente da Câmara ausentou-se da sala, durante o período de intervenções do público, imediatamente a seguir à intervenção do municipal descrito com o nº 1, tendo regressado à sala às 11:22 quando se encontrava presente do nº pontos 4.2.1 e 4.2.2, da ordem de trabalhos.

Hora de Abertura: 9 horas e 45 minutos

1. Actas de reuniões Anteriores:

- Apresentação: - Acta nº 20/2010, de 20 Setembro.
- Aprovação: - Acta nº 19/2010, de 6 Setembro, por fim aprovada com a abstenção do Sr. Vereador Fernando Martins.

2. Balancete

Resumo Diário da Tésouraria nº 203 de 22 | 10 | 2010

Operações Orçamentais	€ 10.200.026,60
Operações Não Orçamentais	€ 1.994.425,97

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Início 9:45

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA iniciou o Período de Antes da Ordem do Dia cumprimentando os Srs. Vereadores Maria Teresa Rodrigues Gago e Fernando Montenegro Valadas Martins, que se apresentaram nesta reunião de Câmara em substituição dos Srs. Vereadores Leonor Coutinho e Alexandre Faria respectivamente. Prossequindo a sua intervenção, disse que teria de abordar uma situação profundamente desagradável e politicamente relevante que é a seguinte: Não contente com as malfeitorias que tem feito ao País em matéria orçamental em geral e a Cascais em particular, eis que é agora surpreendido por mais duas atitudes absolutamente inexplicáveis e inaceitáveis do Governo em relação ao Município de Cascais. A primeira tem a ver com o facto de Cascais ter sido eliminado da lista dos municípios que beneficiam do FEF, o que é absolutamente inexplicável, já que há apenas dois municípios no País que mereceram este tratamento -Lisboa e Cascais- mas já explicará porque é que em relação a Lisboa não haverá grandes problemas e em relação a Cascais se trata de uma profunda ilegalidade, para além de injustiça. Já esta manhã teve oportunidade de enviar ofício ao Senhor Ministro de Estado e das Finanças e remeteu cópia a todos os senhores Vereadores. Sintetizando, esse ofício diz o seguinte: "...há que concluir que se verifica uma das duas seguintes situações: ou a proposta de Orçamento de Estado para 2011 enferma de uma contradição entre o texto do artigo 44º e o Mapa XIX, ou este Mapa enferma de um erro no que respeita à participação do Município de Cascais no FEF e no FSM, hipótese que nos inclinaríamos, não fossem as declarações públicas entretanto divulgadas por representantes do Governo...". Deve dizer que, logo que teve conhecimento desta notícia, pensou que era um lapso material. Mas a verdade é que, interrogados pelos jornalistas, altos representantes do Governo disseram que não era lapso nenhum, dando como justificação que Cascais tem uma grande capacidade de angariação de receitas! Em relação ao PIDDAC, a situação é idêntica. Realmente estão lá inscritos um milhão de Euro, mas tem a ver com o Palácio da Presidência na Cidadela o que é inexplicável, porque as verbas para a construção e requalificação do Palácio tinham sido asseguradas através das verbas da concessão do jogo do Estoril. Por isso não percebe porque é que, de repente, saem da concessão do jogo -isto é, de verbas que foram entregues pelo Casino Estoril ao Turismo de Portugal e que estavam afectas a este efeito- e vão sobrecarregar o PIDDAC de Cascais. Se Lisboa está a acompanhar Cascais em matéria de FEF na eliminação da lista -e questiona-se aqui porque é que outros municípios da mesma dimensão não o foram- a verdade é que isso é matéria que

pouco preocupará a Câmara de Lisboa, porque enquanto Cascais tem no PIDDAC inscritos um milhão de Euro e não é concretamente para Cascais, mas sim para a recuperação do Palácio da Presidência, Lisboa tem 93 milhões de Euro inscritos no PIDDAC, o Porto tem 15,3 milhões, Braga tem 12,2 milhões, etc.. Por isso pergunta ao Senhor Ministro que lhe explique estas disparidades gritantes e recorda as obrigações que o Governo assumiu publicamente relacionadas, designadamente, com o parque escolar, com a requalificação da Linha de Caminho-de-Ferro, incluindo a renovação do obsoleto material circulante, anunciado em Alcântara pelo Senhor Ministro das Obras Públicas e em Cascais pela então Secretária de Estado dos Transportes com grande aparato e nada é dito sobre a beneficiação da Estrada Nacional 249-4, promessa feita pelo Senhor Ministro. Sinceramente, e em forma de desabafo, diria que se soubesse o que sabe hoje, não sabe se teria defendido que o seu partido se sentasse à mesa com o Partido Socialista para negociar o Orçamento de Estado, sabendo no entanto que, por muito mau que seja o Orçamento, é fundamental que ele exista. Acrescentou ainda ao Senhor Ministro que se tudo isto não bastasse, como é que é possível invocar-se a capacidade de obtenção de receitas, que não tem nada de ilegal ou de insólito para esta matéria, quando é o Senhor Ministro das Finanças que na Lei do Orçamento de Estado ~~retira doze milhões de Euro no início deste ano a Cascais através das verbas que resolveu cativar dos saldos da concessão do jogo. Ou seja, começa o ano a cativar,~~ através da Lei do Orçamento de Estado para 2010, doze milhões, e agora "brinda-nos" riscando Cascais das verbas do FEF e risca do mapa das verbas do PIDDAC. Por isso, quando diz que Cascais está a ser vítima das posições políticas que tem assumido publicamente com toda a pertinência e toda a legitimidade democrática em relação à forma como aprecia este "desgoverno", parece estar a sofrer na carne essa situação e a sua expectativa é que seja por pouco tempo e só tem pena é que, de facto, não tenha tido a percepção mais cedo desta situação, porque teria envidado todos os esforços como cidadão de Cascais, Presidente de Câmara e membro do Conselho de Estado para que a situação fosse alterada. Vai aguardar que o Senhor Ministro de Estado lhe responda. Agora a expectativa que tem que ele lhe responda é a mesma expectativa que tem que estes membros todos do Governo lhe respondam, ou seja zero! É que nem o Secretário de Estado do Turismo se digna responder desde 16 de Julho ao Plano Estratégico Nacional de Turismo, que está a ser elaborado à margem da Costa do Estoril, que é a quarta região turística do País, o que é uma situação perfeitamente inédita; Não tem qualquer resposta desde Junho sobre o funcionamento da Extensão de Saúde de Carcavelos, no fundo no sentido de procurar que ela seja transferida provisoriamente para as instalações do antigo Hospital José de Almeida; Não tem nenhuma resposta desde Julho do Secretário de Estado da Administração Interna sobre as instalações da

Brigada Fiscal em Cascais que não servem para nada, estão apenas a deteriorar-se, volta e meia tem de lá ir a Polícia despejar os toxicodependentes que invadem aquele espaço; Não tem nenhuma resposta do Ministro da Defesa sobre as instalações do Monte de St^a Luzia; Não tem nenhuma resposta desde Junho da Ministra da Saúde sobre a situação da falta de médicos de família em Cascais; a Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social não lhe responde sobre a pergunta normal que lhe faz sobre o encerramento do Serviço de Atendimento Permanente na Parede, que tomou conhecimento através de uma notícia publicada nos jornais e de um ofício de um Director de Serviços na véspera do encerramento destas instalações; Não tem resposta do Ministério do Ambiente desde 2008 sobre a situação da Fundação Chapalimaud, cuja sede até já foi inaugurada em Lisboa; Não tem resposta do Presidente do Turismo de Portugal sobre a Feira do Artesanato e daqueles terrenos que revertem para o Estado em breve; Não tem resposta do Ministro da Defesa a propósito da remodelação e da requalificação do Forte de St^o António em S. João do Estoril, que é o único que ainda não passou para a gestão da Câmara e tem a resposta verdadeiramente fantástica do Sr. Director-Geral José Revez a propósito da construção do edifício do Quartel da PSP de Cascais e que lhe proporcionou uma carta recente ao Ministro da Administração Interna e espera que este, ao menos, lhe responda brevemente. Mas ficou a saber-se que o Estado cedeu à ESTAMO-Participações Imobiliárias, SA a posição contratual inerente ao direito de superfície do terreno onde está a ser construído há dez anos o Quartel da PSP de Cascais. No seu ofício ao Senhor Ministro refere que "... 10 anos depois de iniciadas as obras, 15 meses após a audiência que V.Ex^a nos concedeu e prometeu toda a celeridade e quatro meses depois de manifestarmos a nossa concordância face ao que nos solicitaram..." só agora o Estado vai transferir para uma empresa privada os direitos sobre o terreno e fica a pagar uma renda, mas isso são maneiras que cada qual usa para trabalhar. A verdade é que continua sem resposta e portanto não tem grande expectativa que agora o Senhor Ministro lhe responda.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA interveio dizendo que gostaria de acrescentar mais uma informação àquela que foi dada pelo Senhor Presidente. Como é sabido, o site da Direcção-Geral de Impostos possui uma listagem, que é actualizada todos os meses, com os valores que são transferidos para os municípios, consoante lá apareçam as Ordens de Liquidação. Este mês estava a pagamento para Cascais, relativo a Derrama, 5 milhões de Euro, com os quais obviamente se estava a contar, mas no dia anterior ao pagamento (dia 19) desapareceu da lista esse valor. Falou-se com eles e não deram nenhuma justificação para o valor ter saldo, apenas disseram que foram ordens superiores e a conclusão natural que se pode tirar é que não se tratou de qualquer lapso, mas terá havido sim a intenção de tirar 5 milhões de Euro de Derrama a Cascais. Como

se calculará, torna-se impossível gerir seja o que for do ponto de vista financeiro, quando se começam a acumular montantes desta natureza. Daí também a razão porque estando o projecto de orçamento municipal para 2011 fechado e se previa apresentar durante o mês de Novembro à Câmara, enquanto estas situações não tiverem esclarecidas, dado até os montantes que estão envolvidos e a repercussão que depois têm no Orçamento, a apresentação do documento fica em stand by, se bem que até ao final do ano ainda haja algum tempo. Mas de qualquer dos modos, a situação começa a ser muito preocupante, porque já se começa a falar de montantes que no orçamento da Câmara atingem percentagens bastante elevadas e significativas. Gostaria ainda de acrescentar em relação ao que o Senhor Presidente disse que em relação à saída do FEF de Cascais e de Lisboa, que esta tem ainda uma outra condição, que espera que não se venha a concretizar, é que há um pedido de alteração da Lei do Jogo, que pode implicar que haja mais um conjunto de verbas para Lisboa e não para Cascais e isso então irá agravar mais esta situação de prejuízo do Concelho de Cascais. A sugestão que faz é, para além da carta que o Senhor Presidente fez e muito bem, aguardar-se mais algum tempo, mas estas coisas têm de ser colocadas do ponto de vista público, não nesta fase em que se está a discutir matéria tão sensível quanto aquela que é o Orçamento Geral do Estado, e pessoalmente, tal como o Senhor Presidente, foi no seu partido um dos moderados e com a influência que lhe é possível ter, colocar essa moderação interna no seu partido, para se chegar de facto a um acordo a nível do Orçamento, mas logo após estarem resolvidas estas questões orçamentais, a Câmara tem de colocar esta situação do ponto de vista público, no sentido de ainda, até dia 3 e 4 de Novembro, o Governo ter toda a capacidade para corrigir estas malfetorias que está a fazer a Cascais e que não há qualquer tipo de compreensão porque é que o está a fazer. Para além do mais e sobre esta questão que o Senhor Presidente falou do FEF, são verbas que estão consignadas em lei, é ilegal esta retirada de verbas e portanto o Município de Cascais, mais cedo ou mais tarde, tem mesmo de interpor mais uma acção judicial contra o Estado para se fazer ressarcir daquilo que é de direito e que é direito dos munícipes de Cascais, porque o Orçamento não é do Governo, não é do senhor ministro a ou b, é da população, é de quem paga os impostos, e por isso também fica aqui em causa a forma como os eleitos podem ser questionados pelos munícipes pelo modo como defendem os interesses dos munícipes, neste caso em sede de orçamento municipal. E como não se conseguem fazer "omeletas sem ovos" não vale a pena depois ter todo um discurso que são necessários investimentos, investimentos de proximidade, que é necessário manter níveis de investimento público com um conjunto de obras que são obviamente fundamentais e que a Câmara tem de dar todo o apoio social, porque, quando não houver "ovos" essas "omeletas" não se conseguem, de todo, fazer. Terminava com uma

perspectiva não tão negativa, porque de facto está muito preocupado com tudo isto, mas de qualquer das formas, até agora, a Câmara de Cascais tem conseguido, ter as suas contas equilibradas. O que os preocupa, de facto, é qual vai ser o futuro destas contas. Mas do mesmo modo em que quando muitas as câmaras estão a evitar ser avaliadas e notadas pelas agências de rating, até porque isso não é obrigatório, terá oportunidade de propor à Câmara que Cascais, ainda assim, que esta continue a ser avaliada e notada pelas agências de rating, como forma também de garantir a consistência e a confiança das contas do Município, porque acredita que do ponto de vista estratégico, cada vez mais, é matéria que vai estar em cima da mesa quando se está a avaliar a própria capacidade de desenvolvimento de cada uma das organizações, neste caso da Câmara Municipal de Cascais, nomeadamente quanto a poder cumprir os seus compromissos, compromissos esses que de facto têm sido possível cumprir, com esforço, com a compreensão também interna dos vários pelouros, mas pode chegar a um ponto em que não seja possível e isso era tudo aquilo que, enquanto responsável pela área financeira desta Câmara, e enquanto vereador desta Câmara, não gostaria que acontecesse.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA disse que ia só precisar uma questão suscitada pelo Sr. Vice-Presidente que tem a ver com o Casino de Lisboa e que na sua intervenção não quis abordar porque ainda admite que possa ser com fins virtuosos. Com o mesmo à vontade que o Ministério das Finanças introduz uma norma na Lei de Execução do Orçamento do Estado para 2010 que impede que Cascais receba aquilo que o Casino Estoril entregou nos anos antecedentes e que nos termos da Lei do Jogo só pode ser aplicada em Cascais para efeitos de investimentos ou eventos de natureza turística ou cultural -e isso implicou que fossem retirados a Cascais 12 milhões de Euro, numa manifestação de completa ilegalidade e sectarismo- vem agora o Governo propor a introdução no Orçamento de Estado para 2011 de uma cláusula ao contrário para Lisboa, a propósito do Casino de Lisboa, dizendo que a Câmara de Lisboa pode beneficiar dos saldos transitados deste ano para o ano que vem, resultantes do dinheiro que o mesmo Casino entregou ao Estado e até diz para que efeitos é. Diz o diploma, e com toda a legitimidade, que é para execução de uma série de obras -ao contrário de Cascais, em que as obras são discutidas com a autarquia e com o Governo na Comissão de Obras, são aprovadas e até hoje foram todas homologadas pelo Secretário de Estado, portanto os 12 milhões dizem respeito a obras concretas, homologadas pelo Secretário de Estado- mas o diploma que cria o Casino de Lisboa prevê no caso deles quais são as obras, entre elas o Parque Mayer. Não questiona a legitimidade dessas verbas transitadas serem aplicadas nessas obras, que são certamente importantes para Lisboa. O que é curioso é que nesse diploma também se fala em que Cascais deve ser ressarcido dos prejuízos que, nas verbas que lhe dizem respeito, ocorram por força da entrada em funcionamento

do Casino de Lisboa e é uma conversa recorrente com o Turismo de Portugal sobre quando é que Cascais vai ser ressarcido desses prejuízos e qual é o cálculo, o que até é fácil de fazer, é só ver qual é a quebra de receita no Casino do Estoril a partir do momento em que há Casino de Lisboa e comparar essa quebra de receita, com a quebra de receita média dos casinos nacionais. A diferença deve-se, grosso modo, à entrada em funcionamento do Casino de Lisboa, o resto será derivado da crise. Mas neste artigo que é proposto na Lei que está neste momento em discussão, em que proporciona a Lisboa aquilo que retirou antes a Cascais, não fazem nenhuma referência a esta situação. Mas de qualquer modo ainda admite na sua ingenuidade de 40 anos de vida política, que a bondosa intenção do Governo seja não apenas proporcionar o Parque Mayer, mas também a entrega a Cascais daquilo que deve e que não paga há 4 anos. Lembra-se de na altura lhe terem assegurado que Cascais nunca seria prejudicado em termos de verbas pela entrada em funcionamento do Casino de Lisboa e que tudo aquilo que fosse prejuízo em termos de contrapartidas, Cascais seria ressarcido. Ora a realidade é que isso não aconteceu até agora.

O SR. VEREADOR ALÍPIO MAGALHÃES disse que, como é habitual, ouviu com muita atenção as intervenções do Senhor Presidente e do Sr. Vice-Presidente e deve sublinhar que gostou muito, especialmente quando verificou que há sintonia nas posições de ambos quanto ao interesse nacional do Orçamento de Estado -que é uma posição, de facto, de interesse nacional- e mais satisfeito ficou quando ambos referiram que defenderam no Partido Social Democrata uma posição de ir para a mesa das negociações e procurar que o Orçamento de Estado para 2011 seja um orçamento que melhor defenda a coesão nacional e o interesse dos portugueses. E ao defender o interesse dos portugueses certamente que se defenderá os interesses dos cascalenses que é aquilo que aqui preocupa todos os eleitos locais. Portanto deixava este sublinhado de sintonia entre o Senhor Presidente e o Sr. Vice-Presidente e do interesse de ambos -que pessoalmente acredita que seja genuíno- de que para bem do País é importante que o Partido Social Democrata tome uma posição coerente de defesa dos interesses do País e não dos interesses partidários. Essas negociações vão já na terceira ronda, pouco tem saído para a comunicação social, da sua parte não tem informação privilegiada sobre este tema, mas está certo, atendendo até à composição das duas delegações, a do Governo bem preparada e com abertura e orientações para atingir o objectivo de um orçamento de interesse nacional, e por parte do PSD uma delegação também chefiada por uma pessoa que garante que de facto o interesse partidário será subalternizado ao interesse do País, que é o Prof. Eduardo Catroga. Mas não tendo informação privilegiada, tem a certeza de que se está no bom caminho. E quando sublinha este aspecto do interesse nacional, é para entrar na segunda nota da intervenção do Senhor Presidente e

do Sr. Vice-Presidente. Um fala em malfeitorias, o outro fala em discriminações, um fala em sectarismo, etc.. De facto o governo do Partido Socialista não pode, não deve, não faz, não é essa a sua prática, não discrimina nenhum município e não discrimina nenhum presidente de câmara. Seguramente que o Partido Socialista tem mais preocupações do que discriminar o Senhor Presidente António Capucho ou o Sr. Vice-Presidente Carlos Carreiras como é óbvio. Por isso pedia, por favor, para não se colocarem no centro das atenções, não é isso que se trata. O Partido Socialista não discrimina Cascais. O Partido Socialista defende os interesses de Portugal, não os interesses particulares de Cascais. É evidente que, como cascalense, algumas das apreciações que o Senhor Presidente e o Sr. Vice-Presidente fizeram o preocupam. Mas é uma fase de negociação, importa esperar a conclusão das negociações e então, se houver razões, e com a influência que o Senhor Presidente e o Sr. Vice-Presidente têm no PSD, seguramente terão capacidade para fazer chegar à delegação do seu partido a força necessária para que a delegação defenda, de uma forma razoável, os interesses de Cascais. Portanto, não percebe intervenções tão acaloradas no sentido de afirmar que o Partido Socialista discrimina negativamente Cascais, que é sectário em relação a Cascais, faz permanentemente malfeitorias a Cascais, etc.. Lá foram dizendo que há uma hipótese de serem virtuosas e bondosas algumas das decisões e isso já é um bom caminho. Em relação à questão do Casino e é algo que vem sendo referido nas reuniões de Câmara com muita frequência, o Partido Socialista também não concorda que Cascais seja prejudicado em relação a Lisboa, mas, provavelmente, terá sido uma má negociação feita no tempo do Governo do PSD na legislação que foi criada na altura, talvez seja daí a origem dos problemas, mas o Partido Socialista de Cascais está disponível para, em conjunto, depois da aprovação do Orçamento de Estado, procurar perceber e influenciar decisões a favor de Cascais. Obviamente não de uma forma apenas virada para Cascais, mas tendo sempre presente o interesse nacional. Permitia-se também fazer uma correcção em relação à Esquadra da PSP: O Senhor Presidente referiu que o Governo passou a uma empresa privada os direitos sobre o lote de terreno. Ora isso não é verdade, e até foi aprovado em reunião de Câmara, os direitos foram transferidos para uma empresa pública e isso são formas legais de procurar dar mais agilidade a um processo que todos concordam ser um processo muito longo e que também já passou por vários governos, dois deles até do PSD, e não foi possível resolver. Espera que o Partido Socialista e o seu governo consigam resolver rapidamente o problema da Esquadra de Cascais da PSP, que é um problema que preocupa a todos e os vereadores socialistas têm feito algumas pressões nesse sentido e pode informar que há uma preocupação muito grande da Estamo e neste momento estão a preparar o Caderno de Encargos e há a expectativa de ainda ser lançado o concurso este ano para aquele edifício. Em relação às questões do FEF e da

Derrama são questões que o preocupam como cascalense, mas mais uma vez reafirmava que se deve esperar pela aprovação do Orçamento de Estado, porque entende que o interesse nacional deve estar acima do interesse particular também do seu município e portanto se todos tiverem este espírito, que se atravessa um período de crise, em que é necessário deixar talvez algumas preocupações locais para por em primeiro lugar a preocupação global, que é a preocupação de Portugal e dos portugueses como primeiro grande objectivo.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA referiu que o Sr. Vereador Alípio Magalhães não refutou uma única das situações de claro sectarismo, discriminação e ilegalidade que o governo do Partido Socialista adoptou e que ferem Cascais. O Sr. Vereador preconizou que se esperasse pelo Orçamento de Estado. Da sua parte tem a convicção que nada daquilo que mencionou será rectificado no final das negociações para a aprovação do Orçamento de Estado. Quanto ao contributo que o Partido Socialista deu até hoje, deu um contributo óptimo, designadamente a transferência da Fundação Champalmaud de Cascais -porque estava no Parque Natural como o PS dizia- para a beira-Tejo em Lisboa. Foi a melhor ajuda que o Partido Socialista deu a este Concelho e foi do anterior líder do PS em Cascais.

O SR. VEREADOR MIGUEL PINTO LUZ tomou a palavra, começando por lembrar que se está a falar de uma proposta de Lei de Orçamento apresentada pelo governo do Partido Socialista e que não pode ser alterada. Deu entrada na Assembleia da República; irá ser votada na generalidade e depois na discussão e votação na especialidade. É que poderá vir a sofrer alterações em função também das conclusões a que o grupo de trabalho chegar. Portanto do que se está a falar é de erros que já estão materializados na proposta de Orçamento. Portanto é o Orçamento que o Partido Socialista apresentou. Esclarecido isto, queria ainda dizer o seguinte e acrescentando a tudo aquilo que o Senhor Presidente disse e que também tem a ver com Cascais: O tecido empresarial existente no País varia entre 15 a 18 mil empresas. A PME Investe é uma linha de crédito muito importante para todas as empresas, que já vai na sua VII edição e foi anunciado nesta proposta de Orçamento de Estado com um valor global na ordem dos três mil milhões de Euro. Esta linha de crédito tem por objectivo mitigar o risco, por um lado e, por outro lado, concede empréstimos a um juro bonificado. Portanto o Estado não tem de contribuir com três mil milhões de Euro para esta linha de crédito, tem só de fazer o acompanhamento através de garantia mútua, sendo a banca que financia a economia através de um juro bonificado, ainda que o Estado tenha custos com esta linha de crédito que advêm dessa garantia mútua, e do juro bonificado. Para se perceber a desorçamentação e a forma pouco séria como este orçamento foi feito -porque é fácil fazer orçamentos cortando rubricas e depois mais tarde, quando se verificar que essas

rubricas não podem estar a zero e têm de ser dotadas, então depois recorre-se ao défice-mas só para dar uma ideia, dessa linha de três mil milhões de Euro que aparece logo nas primeiras páginas do Orçamento está em PIDDAC 7.5 milhões de Euro. Ora só para a comissão de garantia mútua eram precisos 20 milhões. Isto para já não falar da taxa de incumprimento, que anda na casa dos 10 %, e no estado em que a economia está, acredita que essa taxa vai aumentar ainda mais, e isso representa mais 300 milhões de Euro que deviam lá estar no PIDDAC só para a linha PME Investe VII. Importa ter presente que só está a falar desta linha de crédito, porque há as outras seis linhas para trás e todas essas linhas têm taxas de incumprimento também na ordem dos 10% e no PIDAAC estão apenas 7.5 milhões de Euro para sete linhas de crédito com um incumprimento de 10%. Por aqui se pode ver a forma pouco séria e pouco profissional como este orçamento foi feito. Por fim, gostaria ainda de dizer o seguinte: é novo, não tem de dar lições a ninguém, mas acha que a partidarite aguda faz mal a este País e continua a fazer mal a este País e diz isto para dizer o seguinte: o interesse nacional também está no interesse de cada um dos municípios, porque eles fazem parte do todo. O território nacional é dividido em municípios e é a soma deles que dão o todo nacional e por isso devemos preocupar-nos com cada um delas. O Sr. Vereador Alípio Magalhães já invocou em várias reuniões de Câmara que o PS está pró-activo no sentido de ajudar esta Câmara junto do Governo. Daqui só tira duas ilações: ou de facto o PS de Cascais não tem peso político, ou então não quer de facto ajudar. Como pessoalmente acredita na boa-fé do Sr. Vereador Alípio Magalhães e que quer ajudar e que gosta de Cascais, acaba por concluir que, de facto, o Partido Socialista em Cascais tem pouca força política para conseguir mudar as políticas que este governo tem vindo a tomar em relação a Cascais e que tanto o têm prejudicado.

O SR. VEREADOR JOÃO SANDE E CASTRO tomou a palavra dizendo que começava a sua intervenção pelas palavras do Sr. Vereador Miguel Pinto Luz e de facto também não se associa a esta ideia do Partido Socialista que existe um interesse nacional e um interesse local e que são separáveis e que não são compagináveis e que não se trata apenas de um único interesse público comum. Pessoalmente não tem, de todo, essa visão que o Partido Socialista tem. O interesse nacional coincide com o interesse local e se outras matérias não houvessem, o turismo é o expoente máximo disso mesmo e o que o Governo prejudicou Cascais em relação ao turismo, não prejudicou apenas Cascais, prejudicou o interesse nacional ao acabar com a Junta de Turismo da Costa do Estoril, que superintendia uma zona que é uma importante fonte de receitas para o turismo nacional e que o governo manifestamente prejudicou e fê-lo prejudicando não apenas o interesse local, como o interesse nacional. Tem para si que ao exercer estas funções de eleito local, está também a servir o seu País e entende que é nessa postura que todos

devem estar. Não está na Câmara apenas a servir Cascais, está também a servir o seu País e é nessa perspectiva que aqui está e portanto não compreende, de todo, esta dicotomia que o Partido Socialista faz entre o interesse nacional e o interesse local. Sobre as outras questões que foram levantadas, é também em nome do interesse nacional que o CDS vai votar contra este Orçamento de Estado para 2011 como é natural, porque ele prevê um enorme aumento dos impostos, praticamente todos os analistas económicos entendem que o próximo ano vai ser de recessão económica em virtude da aprovação deste Orçamento de Estado e todos prevêem também que o desemprego irá continuar a crescer. Portanto um Orçamento de Estado que prevê aumento de impostos, recessão económica e crescimento de desemprego, levará, em nome do interesse nacional, o voto contra do CDS. Quanto à questão também que o Sr. Vereador Alípio Magalhães muito insistiu de que o Governo não tem estado a discriminar Cascais, seria útil que o provasse por factos. Afinal o Senhor Presidente da Câmara provou por factos que não é esse o caso, que o interesse de Cascais está seriamente a ser prejudicado pela actuação deste Governo. O Sr. Vereador Alípio Magalhães manifestou discordância, mas não apresentou um único facto que consubstanciasse os seus argumentos e seria interessante que o fizesse, que demonstrasse um caso em concreto que o Governo tenha ajudado Cascais. Mas não apresentou porque na realidade não existe. De resto, esta ideia de que Cascais pode ser prejudicado em relação ao FEF porque tem uma boa saúde financeira; ou porque tem capacidade de angariação de receitas que outros municípios não terão, é uma ideia que prejudica, em primeiro lugar, aqueles que cumpriram com as leis. Portanto é uma lei que beneficia, descaradamente, o infractor. Neste caso as câmaras que não apenas infringiram a lei, mas que não tomaram medidas de rigor financeiro como foram tomadas em Cascais, porque a boa saúde financeira de um município não pode ser argumento para se cortar verbas a esse mesmo município, sob pena de se estar a beneficiar os municípios que nunca se preocuparam a fundo com o equilíbrio das suas contas, que se endividaram para além dos limites, que assumiram parcerias público-privadas e compromissos financeiros muito para além daquilo que podiam pagar, e esses municípios de facto não têm meios de assegurar as despesas com que se vão deparar para o ano que vem e então, com certeza, não serão prejudicados no âmbito do FEF. Os outros municípios, e em particular Cascais, que teve prudência nas suas contas, que não se endividou para além daquilo que podia, que não assumiu parcerias público-privadas e compromissos financeiros para além daquilo que podia, então não têm FEF porque têm uma boa saúde financeira, porque têm capacidade de angariar receitas. Ora isto é um princípio que prejudica quem cumpriu e nesse sentido só beneficia o infractor, situação com a qual não pode estar de modo algum acordo.

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES DE MENDONÇA disse que a imprensa tem reflectido o descontentamento que grassa pelo País relativamente a um Orçamento que não interessa nem aos portugueses nem a Portugal. Este Orçamento apenas vai reflectir o prejuízo dos portugueses, dos munícipes e das autarquias em Portugal. Entrega a quem os destinos do País? Quem manda agora no País? Quem colocou o País nesta situação e contribuiu para esta situação? Quem pressiona a aprovação de um orçamento desta natureza? O Governo diz uma coisa hoje e amanhã diz outra; Qual é a confiança e para que é que servem estas conversações entre o PS e o PSD se já tiveram outras conversações anteriormente e nem sequer as cumpriram? Qual é, afinal de contas, o serviço que se está a prestar ao País com tudo isto? Os portugueses é que estão a ser "tramados" com estes orçamentos que, no fim de contas, têm uma sobrecarga extraordinária nos seus vencimentos, quando ao longo dos anos os vencimentos tiveram congelados. Não houve aumentos de vencimentos, enquanto nos outros países houve aumentos extraordinários e no poder de compra. Aquando da apresentação da proposta do Orçamento pelo Governo, o Comité Central PCP alertou num comunicado que a apresentação pelo Governo da proposta do Orçamento de Estado de 2011 e do conjunto de medidas nele contidas, algumas terão aplicação já em 2010. Não é para 2011. Isto já se começou a aplicar em 2010. É triste chegar-se ao descrédito na apresentação de um orçamento como este, tendo até em conta a imagem internacional do País. É por tudo isto que o PCP vai votar contra esta proposta de Orçamento de Estado apresentada pelo Governo do PS e não vê qual o interesse em manter conversações com um governo que hoje diz uma coisa e amanhã diz outra. Não é discutindo ou introduzindo alterações num ponto ou outro que satisfaça uma ou outra pessoa que se vai resolver o problema. É sim ter um orçamento que permita reflectir o desenvolvimento do País e que é aquilo que este Orçamento não reflecte.

O SR. VEREADOR FERNANDO VALADAS MARTINS interveio dizendo que não ia tecer comentários relativamente ao Orçamento de Estado porque, no fundo, aquilo que se acabou de ouvir é uma caixa de ressonância daquilo que se tem ouvido os partidos a manifestar. Vai fazer apenas duas referências a algumas questões locais que têm sido objecto de notícias em jornais locais e que, em virtude das declarações do próprio Senhor Presidente da Câmara, merecem alguns esclarecimentos. Uma das questões julga que irá em linha de conta com as questões que o Senhor Presidente colocou às quais, ao que parece, não tem tido resposta, como é o caso do balcão da Segurança Social de Parede, mas pode acrescentar alguns esclarecimentos e certamente o Senhor Presidente poderá também dar mais alguma informação. Relativamente à notícia que foi publicada num jornal de Cascais que se auto-intitula de um semanário independente, relativamente à recusa do alargamento do acordo de cooperação do Centro da Pampilheira por parte do

Centro Distrital da Segurança Social, que foi solicitado por parte da St.^a Casa da Misericórdia de Cascais e que suscitou algumas declarações, quer por parte do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, quer por parte do Senhor Presidente da Câmara, em primeiro lugar, o Partido Socialista estranha que num semanário que se diz independente, não se procure colher a opinião dos dirigentes da Segurança Social ou se o fez isso não é claro na notícia. Uma das primeiras questões que lhe suscitou esta notícia quando a leu foi a de saber se a Junta de Freguesia, antes de assumir esta remodelação do equipamento, cujo custo ronda os setecentos mil Euro, se articulou previamente com a Segurança Social no sentido de aferir se existia cabimentação orçamental por parte do Centro Distrital, ou se foi feito algum contacto prévio nesse sentido, porque para o Partido Socialista essa é uma das mais elementares regras da boa gestão. Preocupa-os também a forma como o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cascais sugere resolver o problema, que no fundo é permitir que as famílias de maiores rendimentos frequentem o equipamento, pago com dinheiros públicos, no sentido de suportar as crianças mais carenciadas. Pessoalmente crê que existirá certamente uma outra solução que não possa perverter a função e filosofia da criação daquele equipamento. E sobre isto aproveitava para apresentar alguns dados relativamente àquilo que foi pedido sobre a não existência de uma atitude persecutória por parte do Governo em relação a Cascais: Existem em Cascais, neste momento, 145 acordos de cooperação que abrangem mais de sete mil beneficiários e o valor neste momento é de 19,2 milhões de Euro em termos de execução financeira. Ora comparado com o ano de 2004, quando o PSD e o CDS estavam no governo, o valor da execução financeira nesta matéria era de 14,9 milhões. Portanto agora há um aumento de 5 milhões face àquele tempo. Por seu turno, a declaração do Senhor Presidente da Câmara merece alguns esclarecimentos. É com agrado que o Partido Socialista verifica que o Senhor Presidente da Câmara partilha da preocupação relativamente à importância das creches e de ser necessário contrariar as baixas taxas de natalidade. O que o Senhor Presidente não referiu nesta notícia, é que foi no anterior governo socialista em 2006 que foi criado o Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES). Através deste Programa o Governo aumentou a capacidade de resposta nas áreas das pessoas idosas, das pessoas com deficiência e, em especial, de atenção à primeira infância, através da construção de creches, que já no final de 2010 permitem superar a meta europeia de cobertura de 33%, criando condições ao fomento da taxa de natalidade e inversão do envelhecimento demográfico verificado nos últimos anos. Desde a criação do Programa PARES foram já aprovados mais de 600 equipamentos sociais a nível nacional, o que corresponde a mais de 1.060 respostas sociais, algo sem precedentes neste País e reconhecido por todos. Este Programa representa uma

capacidade total de 38.500 lugares, correspondendo a um investimento público de mais de 212 milhões de Euro e a um investimento privado de 424 milhões de Euro. Em todas estas respostas sociais são assinados acordos de cooperação, pelo que é possível ver qual é o esforço financeiro que é feito por parte do Governo nesta medida. Sublinhava ainda que neste Programa PARES foram criadas mais de 400 respostas em creche, o que vai permitir no final do ano de 2010 atingir uma taxa de cobertura de 36,2%, quando a meta europeia é de 33 %. Contudo, este investimento em equipamentos sociais não se ficou pelo Programa PARES. Mas para não esgotar o tempo do período de antes da ordem do dia não ia agora abordar mais em profundidade esta matéria. Quanto à questão do balcão da Segurança Social de Parede, lembrava que em Junho do corrente ano, o Sr. Director do Centro Distrital de Lisboa da Segurança Social terá pedido uma reunião com o Senhor Presidente da Câmara e com a Sr.ª Vereadora Mariana Ribeiro Ferreira para discutir a situação deste balcão. Foi enviada uma carta em Julho a formalizar esse pedido e foram dadas as fundamentações para isso sendo uma delas a abertura da Loja do Cidadão. Poderá fazer chegar essa informação ao Senhor Presidente, caso não a tenha ou a desconheça.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA considerou que o grande problema do Partido Socialista é que parece que vivem noutra País. Há um problema de autismo. Parece que vivem noutra Galáxia, mas a Sr.ª Vereadora Mariana Ribeiro Ferreira vai esclarecer a situação.

A SR.ª VEREADORA MARIANA RIBEIRO FERREIRA disse que o que aconteceu em 2010 com os acordos de cooperação da Segurança Social no Distrito de Lisboa é verdadeiramente escandaloso. Há um prazo normal de candidatura e de apresentação de novos acordos ou de alargamento de acordos. Essas candidaturas foram feitas por várias instituições do Concelho -e essas tem acompanhado bem- e até à primeira semana de Agosto não havia orçamento aprovado para o ano de 2010 no Centro Distrital da Segurança Social. Ou seja, para aquelas candidaturas apresentadas dentro do prazo, bem fundamentadas, e que foram aprovadas, não havia orçamento e continua a não haver até hoje. Foi enviado um ofício, mas o dinheiro não passou para as instituições. A título de exemplo, apresentava dois casos de acordos de cooperação em Cascais, que são escandalosos: As crianças que são referenciadas pela CPCJ de Cascais e em que é determinado o afastamento temporário da família, não têm onde ficar no Concelho. Aliás, muitas vezes não têm onde ficar no Distrito porque não há resposta e há lares da Segurança Social, que são fiscalizados pela mesma entidade, que estão a acolher essas crianças que ficam a dormir nos corredores, quando há um centro de acolhimento temporário construído com o apolo do Município de Cascais, que está fechado, que apresentou a sua candidatura a tempo e horas. Teve oportunidade de reunir no mês

passado com o Sr. Director e com as suas Subdirectoras e eles dizem que a Casa MIMAR é um exemplo para a Segurança Social do Distrito de Lisboa e que todas as instituições que pretendem abrir uma resposta semelhante, a Segurança Social e as suas técnicas encaminham essas instituições para a Casa MIMAR, porque é um exemplo a nível nacional. Só que está fechada e não pode receber as crianças! Há outro exemplo que também é chocante, que tem a ver com o CRID, e a propósito de uma resposta que esta instituição dá, que é o Centro de Actividades Ocupacionais para Deficientes-CAO. Foi necessário pedir um alargamento desta resposta e o CRID apresentou a sua candidatura a tempo e horas. A Segurança Social mandou que se fizesse mais duas casas de banho adaptadas para poder receber mais utentes, e a instituição fez esse investimento por conta própria e fez as obras. A fiscalização da Segurança Social foi lá e confirmou que estavam bem feitas. Resposta por ofício do Centro Distrital: não há alargamento do acordo de cooperação! Por isso não venha agora o Sr. Vereador falar do alargamento da taxa de cobertura das creches, porque o que acontece é que no Concelho há 500 crianças em lista de espera. Dessas 350 residem na Freguesia de Cascais e o que sabe é que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cascais tem de fazer um exercício de boa gestão e de sustentabilidade, de forma a permitir que uma percentagem razoável de crianças que virão a ocupar este equipamento sejam dos 1º e 2º escalões. Mas é com muito esforço da Junta de Freguesia e da St.ª Casa da Misericórdia de Cascais que vai fazer a gestão deste equipamento. Sobre o pedido de audiência do Sr. Director Distrital da Segurança Social, esclareça que, efectivamente, o pedido de audiência foi feito ao Senhor Presidente da Câmara, que não pode estar presente, mas houve reunião consigo e depois teve oportunidade de transmitir ao Senhor Presidente o que se passou. O que é verdade é que quando se deu essa audiência, não foi para combinar nada com a Câmara nem para negociar coisa alguma nenhuma. Foi sim para anunciar um facto consumado e na altura pediu que o Sr. Director formalizasse por ofício aquilo que lhe estava a transmitir verbalmente. Coisa que o fez na véspera do serviço local encerrar.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA disse que fazia o seguinte apelo: Se o Partido Socialista está tão empenhado designadamente nas questões sociais, então que convença os negociadores PS ao Orçamento de Estado a esquecerem a ideia peregrina de acabar com o reembolso do IVA para as Instituições Particulares de Segurança Social. As de Cascais e as de todo o País. Agora não isentem as de todo o País com excepção das de Cascais! Agora vir o Sr. Vereador Fernando Montenegro defender um quadro fantástico em matéria de Segurança Social, de creches e de taxa de natalidade no País real em que estamos, em que este Governo, para além de evidentemente ter de adoptar medidas extremamente gravosas no domínio orçamental e não vai discutir isso, e sem

falar em coisas demagógicas como mexer nas taxas de IVA do leite com chocolate, sumos, etc., mas falando de coisas concretas; até hoje as IPSS, que acorrem aos mais necessitados, que hoje são mais precisas do que nunca, tinham capacidade de reembolso do IVA. A proposta deste Governo é retirar-lhes isso.

O SR. VEREADOR ALÍPIO MAGALHÃES disse ter ficado espantado com a intervenção do Sr. Vereador Miguel Pinto Luz, porque quando falou nas sete edições do PME Investe, pensou que ele ia fazer um balanço do apoio que este Governo tem dado às empresas do Concelho de Cascais. Mas sobre isso não lhe ouviu nada. Ouviu-o dizer que havia entre 15 a 18 mil empresas no País, mas não disse quantas é que do Concelho de Cascais estão a beneficiar deste apoio e isso é que era importante. Agora vir a esta reunião dizer que no PIDDAC estão apenas considerados 7,5 milhões de Euro e que há 10% de incumprimento, isso é matéria para ser discutida na Assembleia da República. Aqui na Câmara o importante é saber quantas empresas de Cascais é que foram beneficiadas por esse programa ou como é que o tecido empresarial de Cascais foi apoiado por este Governo. Isso é que o Sr. Vereador devia dizer. Se não fosse este Governo a apoiar as empresas, provavelmente o desemprego seria maior; provavelmente as dificuldades dos cascalenses seriam bem maiores. É este tipo de intervenções que o surpreendem pela falta de adequabilidade aos problemas locais. Outra nota que gostaria de deixar tem a ver com aquilo que esta maioria gosta de dizer que é "o PS de Cascais não tem força política". Pessoalmente não sabe como é que se mede a força política. Se esta maioria mede a força política pelos "arranjinhos", pelas benesses que se conseguem, de facto o Partido Socialista de Cascais não tem força política. O Partido Socialista de Cascais defende uma intervenção correcta, clara, de defesa dos interesses nacionais em primeiro lugar, e no interesse das pessoas e não conseguem medir essas influências, esses "arranjinhos" na força política do Partido Socialista. O que disseram sempre e têm-no feito, é que estão disponíveis para, junto dos vários ministérios, defender posições correctas e têm-no feito. Por exemplo em relação ao Aeródromo de Tires. Como é do conhecimento do Sr. Presidente do Conselho de Administração daquela empresa municipal, têm feito, de facto, esse esforço e continuarão a fazê-lo, sempre que entenderem que são posições correctas. Uma nota final é que ficou sem dúvida nenhuma quanto à posição de voto do CDS/PP e do PCP na Assembleia da República em relação ao Orçamento. Mas não sabia que estavam tão sintonizados. Mas como ambos não têm ambição de fazer parte do arco governativo, é natural que tenham estas posições, embora isso não seja muito importante para aqui. Aqui o que importa são os problemas dos cascalenses.

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES DE MENDONÇA disse não ter percebido esta última parte da intervenção do Sr. Vereador Alípio Magalhães sobre uma eventual sintonia de

posições entre o PCP e o CDS. Realmente o Sr. Vereador é uma maravilha nos seus esclarecimentos e da sua parte agradece-lhe por o ter esclarecido sobre a existência de uma sintonia de posições entre o PCP e o CDS. Aliás isso é manifesto ao longo do tempo, o CDS até gosta de greves por exemplo! Mas voltando a coisas importantes, e de interesse local, gostaria de colocar as seguintes questões que tinha preparado para este período de antes da ordem do dia: Por causa do Orçamento e das medidas que lá estão, fazia um apelo para que fosse dada celeridade aos concursos de pessoal da Câmara de Cascais ainda antes do Orçamento entrar em vigor, porque depois não vai ser possível; Gostaria também que fosse resolvida a questão da alteração do posicionamento remuneratório; Também tarda em se saber como é que fica a questão dos subsídios de apoio social, tendo até em conta a situação social porque passam os trabalhadores municipais; Outra questão é o preenchimento do Mapa de Pessoal, que é uma situação que se tem vindo a arrastar; Salientava ainda os problemas graves da fluidez do trânsito no Concelho e derivado da falta de construção das vias estruturantes. Cada vez mais as ruas secundárias são invadidas por um extraordinário fluxo de trânsito e de estacionamento e gostaria de ter um ponto da situação da construção das vias estruturantes; Gostaria ainda de saber como é que está a situação da renegociação do contrato de concessão dos transportes públicos com a Scotturb e se esta empresa realmente está disponível para ir ao encontro das reais necessidades e interesses dos munícipes ou não; Por fim há um aspecto importante que é a situação da saúde no Concelho. Por exemplo, de acordo com as notícias vindas a público e de acordo com notícias que chegaram ao conhecimento da CDU, a gestão que tem vindo a ser praticada no Hospital de Cascais leva a que haja vários técnicos que pretendem sair e é inadmissível que o Sr. Presidente do Conselho de Administração do Hospital venha afirmar que não sabe das razões porque é que as pessoas se demitem. A acrescentar a isso e segundo se sabe o Serviço de Urgência já ultrapassou a sua capacidade. Ao mesmo tempo mantém-se a carência de médicos de família Ou seja, tudo isto vem degradando a prestação dos cuidados de saúde prestados à população e o Município tem de estar atento a esta situação, apesar de não ser da sua responsabilidade.

O PAOD terminou às 10:49

- PONTOS PRÉVIOS:

a)- ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA COM A ESUC PARA A CONCLUSÃO E RESOLUÇÃO DA ESCOLA EB1 DE ALCABIDECHE.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, nos termos do artº 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

b)- MINUTA DE ACORDO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E EDIFER-
CONSTRUÇÕES PIRES COELHO & FERNANDES, S.A.

A proposta foi retirada.

3. DESPACHOS:

3.1. DESPACHOS.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

4. DIRECÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL:

4.1. FINANCEIRO:

4.1.1. PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL E CONSOLIDADA DO MUNICÍPIO DE CASCAIS - 1º SEMESTRE DE 2010.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

4.2. PLANO E ORÇAMENTO:

4.2.1. 13ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2010-2013 E 13ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO 2010.

*Aprovado em 4 abstenções, sendo 3 dos
Srs. Vereadores do PS e 1 do Sr. Vereador
da CDU.*

4.2.2. 2ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2010-2013 E 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO 2010.

*Aprovado em 3 abstenções dos
Srs. Vereadores do PS.*

4.2.3. APROVAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS DO EMPRÉSTIMO PARA AQUISIÇÃO DE 36 FOGOS NO ÂMBITO DO PER EM POLIMA - S. DOMINGOS DE RANA - € 995.409,00.

*Aprovado por unanimidade
na reunião presente na sala, no momento
da discussão e votação, a Sr. Vereadora Susana
Candeiro.*

4.3. APROVISIONAMENTO:

4.3.1. CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NAS DIVERSAS ESCOLAS DO CONCELHO DE CASCAIS - PROC -C-1521/2008 -C-1982/2009- C-514/2010 - RENOVAÇÃO DO CONTRATO.

Aprovado por unanimidade.

4.4. GESTÃO PATRIMONIAL:

4.4.1. DISTRATE DA ESCRITURA DE CEDÊNCIA GRATUITA DE QUATRO PARCELAS DE TERRENO COM A ÁREA TOTAL DE 2.551,57 M2, SITUADAS NA PAMPILHEIRA, FREGUESIA DE CASCAIS POR RICARDO FREIRE, DESTINADAS A ARRUAMENTOS, ESPAÇOS VERDES E EQUIPAMENTO.

*Aprovado por maioria com 3 votos contra
do Sr. Vereador do PS, na reunião presente
na sala, no momento da discussão e
votação, a Sr. Vereadora Ana Clara Justino.*

4.4.2. RECTIFICAÇÃO DA PROPOSTA Nº.787/2010, APROVADA EM REUNIÃO DE 29.07.2010, "CONTRATO DE CEDÊNCIA DE UM ARMAZÉM COM A ÁREA COBERTA DE 1.034,50 M2 E UM ESCRITÓRIO COM A ÁREA DE 41,50 M2, SITUADO NA ESTRADA DAS FIGAS, ALCOITÃO, FREGUESIA DE ALCABIDECHES, PROPRIEDADE DA MICAL - MECÂNICA INDUSTRIAL DE CASCAIS, LDA., PARA INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS".

*Aprovado com 3 abstenções do Sr. Vereador
do PS, na reunião presente na sala no
momento da discussão e votação, a Sr. Vereadora
Ana Clara Justino.*

4.4.3. CEDÊNCIA EM RÉGIME DE COMODATO DE UMA LOJA, SITA NOS LIMITES DO LUGAR DA PAREDE, FREGUESIA DA PAREDE, À ASSOCIAÇÃO DE GUIAS DE PORTUGAL – COMPANHIA DE GUIAS DA PAREDE, DESTINADA À INSTALAÇÃO DA COMPANHIA DE GUIAS DA PAREDE.

Aprovado por unanimidade.

4.4.4. ALIENAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL, COM A ÁREA DE 124,40 M2, SITUADA NO LUGAR E FREGUESIA DA PAREDE A LUÍS VENTURA DE JESUS LIMA, DESTINADA A CONSTRUÇÃO.

Aprovado por unanimidade.

4.4.5. CEDÊNCIA GRATUITA AO MUNICÍPIO DE CASCAIS DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 90 M2, SITUADA NO BAIRRO DA LAGARTEIRA, TIRES, FREGUESIA DE S. DOMINGOS DE RANA, POR MARIA LUISA ARAÚJO E OUTROS, DESTINADA A ARRUAMENTOS.

Aprovado por unanimidade.

4.4.6. ALIENAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 333 M2, SITUADA NAS ALMOINHAS VELHAS, FREGUESIA DE ALCABIDECHE, A JOSÉ AUGUSTO PEREIRA, DESTINADA A ALINHAMENTO DE LOTE.

Aprovado por unanimidade.

4.5. DIVISÃO DE CONTROLO FINANCEIRO E EXPROPRIAÇÕES:

4.5.1. CONGREGAÇÃO DAS RELIGIOSAS DO AMOR DE DEUS – PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS.

Aprovado por unanimidade, com estuado presente na sala, no momento da discussão e votação, a Sr^a Vereadora Maria Teresa Jago.

5. ORDENAMENTO E PLANEAMENTO ESTRATÉGICO:

5.1. PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA DO PLANO DE PORMENOR PARA A REESTRUTURAÇÃO URBANÍSTICA DO TERRENO DO HOTEL MIRAMAR.

Aprovado por unanimidade.

5.2. MAPAS DE RUÍDO DO CONCELHO DE CASCAIS.

Aprovado por unanimidade.

6. OBRAS MUNICIPAIS:

6.1. SISTEMA DE GESTÃO E PROCEDIMENTOS DE PEDIDOS DO DOM.

*Aprovado em 3 asetores em
Sr. Vereadores do PS.*

7. JUVENTUDE E CONHECIMENTO:

7.1. OCUPAÇÃO DE JOVENS – PROJECTO GERAÇÃO C - PAGAMENTO DE BOLSAS A PARTICIPANTES - € 2.240,00.

Aproudo por unanimidade.

7.2. OCUPAÇÃO DE JOVENS – PROJECTO MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ACESSO À INFORMAÇÃO - PAGAMENTO DE BOLSAS A PARTICIPANTES - € 4.480,00.

Aproudo por unanimidade.

7.3. OCUPAÇÃO DE JOVENS – PROJECTO DE ANIMAÇÃO E ATENDIMENTO CIAPS - PAGAMENTO DE BOLSAS A PARTICIPANTES - € 1.040,00.

Aproudo por unanimidade.

7.4. OCUPAÇÃO DE JOVENS – PROJECTO DE GESTÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES – DASE - PAGAMENTO DE BOLSAS A PARTICIPANTES - € 640,00.

Aproudo por unanimidade.

8. MANUTENÇÃO E TRÂNSITO:

8.1. TRANSFERÊNCIA DA 2ª TRANCHE DO ANO DE 2010 DE VERBAS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE CARCAVELOS - € 55.150,00.

Aprovado por unanimidade.

8.2. TRANSFERÊNCIA DA 3ª TRANCHE DO ANO DE 2010 DE VERBAS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DO ESTORIL NO VALOR DE € 42.325,00.

Aprovado por unanimidade.

9. CULTURA

9.1. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO DESTINADO RELATIVO À COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL NOS ENCARGOS DE FUNCIONAMENTO 2010 DA FUNDAÇÃO PAULA REGO E CASA DAS HISTÓRIAS PAULA REGO € 450.000,00.

Aprovado por unanimidade, tendo participado na despesa e utego o Sr. Presidente da Câmara e a Sr. Vereadora sua Clara Justino.

9.2. CELEBRAÇÃO DO PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E A FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO E RESSURREIÇÃO DE CRISTO E ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA IGREJA.

Aprovado por unanimidade.

9.3. DOAÇÃO DE EMBARCAÇÃO AO MUSEU DO MAR REI D. CARLOS.

Aprovado por unanimidade.

9.4. APOIO À CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO SENHORA DA BOA NOVA -
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO PAROQUIAL DO ESTORIL - €
5.500,00.

Aprovado por unanimidade.

9.5. APOIO À ACTIVIDADE REGULAR DE GRUPOS CORAIS DO CONCELHO
- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO. À ASSOCIAÇÃO VOCALIZO - CORO DE
CÂMARA DE CASCAIS - € 4.000,00.

Aprovado por unanimidade.

9.6. APOIO ACTIVIDADE REGULAR DO GRUPO DE DANÇA 2010 -
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO CULTURAL MOLDAVO - € 1.500,00.

Aprovado por unanimidade.

9.7. APOIO INICIO ACTIVIDADE DO CORO JUVENIL DE CARCAVELOS -
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CORAL INFANTIL DE CARCAVELOS - €
2.000,00.

Aprovado por unanimidade.

9.8. APOIO À AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS PARA O CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE CASCAIS – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ORQUESTRA DE CÂMARA DE CASCAIS E OEIRAS € 30.000,00.

Aprovado,

9.9. APOIO AO ESPECTÁCULO "O COMBOIO DA MADRUGADA" DE TENNESSEE WILLIAMS – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO A ACTECAS – PROMOÇÃO DE COMÉRCIO ARTÍSTICO, LDª.- € 40.000,00.

Aprovado por unanimidade.

9.10. APOIO AQUISIÇÃO DE BANCOS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FUNDAÇÃO D. LUIS I - € 1.638,00.

Aprovado por unanimidade.

10. EDUCAÇÃO:

10.1. ATRIBUIÇÃO DE NOME À ESCOLA NOVA EM ALCABIDECHE - ESCOLA BÁSICA DO PRIMEIRO CICLO E JARDIM DE INFÂNCIA "ALTO DA PEÇA".

*Aprovado por maioria com 3 votos
contra em sus. pareceres do PS.*

10.2. PROGRAMA DE ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR PARA O 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO, DESCENTRALIZAÇÃO DE VERBA JUNTA DE FREGUESIA DE ALCABIDECHE - € 20.000,00.

Aprovado por unanimidade.

10.3. PROGRAMA DE ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR PARA O 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO – MAPA GLOBAL, RECEITA – DESPESA - € 53.496,86.

Aprovado por unanimidade.

10.4. PROGRAMA DE ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR PARA O 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO - ATRIBUIÇÃO DE VERBA PARA TRANSPORTES 1º PERÍODO LECTIVO - € 4.604,25.

Aprovado por unanimidade.

10.5. ATRIBUIÇÃO DE VERBA PARA APOIO A PROJECTO EDUCATIVO ESPECIAL -AGRUPAMENTO DE SANTO ANTÓNIO DA PAREDE – “EXPRESSÕES ARTÍSTICAS INTEGRADAS, COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E FUNCIONAMENTO” - € 13.320,00.

Aprovado por unanimidade.

10.6. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA APOIO À CONSECUÇÃO DO PROJECTO EDUCATIVO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FREI GONÇALO DE AZEVEDO - € 5.000,00.

Aprovado por unanimidade.

10.7. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SANTO ANTÓNIO DA PAREDE PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO PROJECTO "PASSO/PALAVRA" – DANÇA E TEATRO NA ESCOLA - € 4.000,00.

Aprovado por unanimidade.

10.8. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA APOIO A PROJECTOS/ INICIATIVAS EDUCATIVAS AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS DO CONCELHO DE CASCAIS -2010/11 - € 64.367,13.

Aprovado por unanimidade.

10.9. SEMINÁRIO SOBRE A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À COOPÉRATIVA HORIZONTE - € 2.025,00.

Aprovado por unanimidade.

10.10. DESCABIMENTAÇÃO DO REMANESCENTE DE VERBA - € 21.137,63.

Aprovado por unanimidade.

10.11. ATRIBUIÇÃO DE VERBA EXTRAORDINÁRIA AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FREI GONÇALO DE AZEVEDO PARA A CONCLUSÃO DE REPARAÇÃO DA COBERTURA DA ESCOLA EB1 DE TRAJOUCE - €19.500,00.

Aprovado por unanimidade.

10.12. APROVAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS, O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MATILDE ROSA ARAÚJO E A ATEC-ASSOCIAÇÃO DE FORMAÇÃO PARA A INDÚSTRIA E ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ATEC PARA APOIO AO CURSO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE MECÂNICO DE VEÍCULOS LIGEIROS - € 5.000,00.

Aprovado por unanimidade.

11. DESPORTO:

11.1. PISCINA DE APRENDIZAGEM DE CASCAIS – PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CASCAIS – ALTERAÇÃO DE CRONOGRAMA FINANCEIRO.

*Aprovado por unanimidade, nos termos
participados no documento entregue a Sr.
Vereadora Ana Clara Justino.*

11.2. REVOGAÇÃO DE VALORES DIVERSOS – SUBSÍDIOS E REMANESCENTES DE SUBSÍDIOS APROVADOS EM REUNIÃO DE CÂMARA.

Aprovado por unanimidade.

11.3. ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO 2010/2011 – APOIO ÀS ACTIVIDADES DESPORTIVAS REGULARES – PROTOCOLO COM A ESCOLA TÉCNICA E LICEAL ST. ANTÓNIO DO ESTORIL - € 10.000,00.

Aprovado por unanimidade.

11.4. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ATIBÁ – € 1.425,00.

Aprovado por unanimidade.

11.5. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O CENTRO DE CULTURA E DESPORTO DO PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CASCAIS – € 325,00.

Aprovado por unanimidade.

11.6. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DOS FUNCIONÁRIOS DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DO LINHÓ – € 800,00.

Aprovado por unanimidade.

11.7. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O CLUBE DE ATLETISMO SALESIANOS DE MANIQUE – € 2.350,00.

Aprovado por unanimidade.

11.8. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O DESPORTIVO MONTE REAL – € 1.600,00.

Aprovado por unanimidade.

11.9. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O NÚCLEO DE ATLETISMO DA ZONA DA ABÓBODA – € 750,00.

Aprovado por unanimidade

11.10. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O NÚCLEO DE ATLETISMO DE ALCABIDECHE – € 1.800,00.

Aprovado por unanimidade

11.11. GESTÃO DOS PAVILHÕES DESPORTIVOS ESCOLARES – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ESCOLA SECUNDÁRIA FERNANDO LOPES GRAÇA - € 7.308,40.

Aprovado por unanimidade

11.12. CASCAIS ACTIVO É DESPORTO NA ESCOLA 10/11 – ENCONTRO DE GINÁSTICA “CASCAIS GYM” – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DE GINÁSTICA DE LISBOA - € 3.295,00.

Aprovado por unanimidade

11.13. CENTRO DE FORMAÇÃO DE TÊNIS DE CASCAIS – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM O CLUBE DE TÊNIS DO ESTORIL APOIO AO FUNCIONAMENTO - € 1.000,00.

*Aprovado por unanimidade, com o texto
participado no desporto e integrado a S.º,
Vereador Mariana Ribeiro Fereira.*

11.14. ESCOLA DE ACTIVIDADES NÁUTICAS DE CASCAIS - PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO - APOIO À ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES - € 1.000,00.

Apurado por unanimidade.

11.15. ESCOLA DE ACTIVIDADES NÁUTICAS DE CASCAIS - PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO - APOIO AO FUNCIONAMENTO - € 1.500,00.

Apurado por unanimidade.

11.16. DESPORTO NA ESCOLA - PROGRAMA MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO AO MEIO AQUÁTICO "NADAR A BRINCAR" - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO A DIVERSAS ENTIDADES - € 19.800,00.

Apurado por unanimidade.

11.17. CASCAIS ACTIVO É DESPORTO NA ESCOLA 10/11 - ORGANIZAÇÃO DO CORTA MATO CONCELHIO ESCOLAR - € 1.800,00.

Apurado por unanimidade.

11.18. CASCAIS ACTIVO É DESPORTO NA ESCOLA 10/11 - CASCAIS BOULDER - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DE DESPORTOS DE AVENTURA DESNÍVEL - € 1.000,00.

Apurado por unanimidade.

12. DESENVOLVIMENTO SÓCIO-TERRITORIAL:

12.1. AQUISIÇÃO DE 24 FOGOS NO EMPREENDIMENTO DE CAMPOS VELHOS À EMPRESA EDIFER CONSTRUÇÕES PIRES COELHO E FERNANDES, S.A., PARA REALOJAMENTO DE AGREGADOS EM REGIME DE ARRENDAMENTO NO VALOR TOTAL DE € 1.674.896,00 – CONTRATO PROMESSA DE COMPRA E VENDA – € 334.979,20.

Aprovado por unanimidade.

12.2. REVOGAÇÃO À PROPOSTA 180/2010, PONTO 13.1.6, APROVADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 08/03/2010, NO QUE DIZ RESPEITO À ADEQUAÇÃO DE TIPOLOGIA.

Aprovado por unanimidade.

12.3. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO SOCIAL PAROQUIAL N.ª SR.ª DA CONCEIÇÃO DA ABÓBODA (CESPA) PARA APOIO NOS ENCARGOS ASSUMIDOS NO ÂMBITO DO PROTOCOLO DE CRIAÇÃO DO CENTRO DE CONVÍVIO DE PESSOAS IDOSAS SITO NA ABÓBODA NO VALOR DE € 2.283,00.

Aprovado por unanimidade.

12.4. ASSOCIAÇÃO APOIO SOCIAL N.ª SRA. DAS NEVES – UNIVERSIDADE SÉNIOR – APOIO AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E MATERIAL DIVERSO DE APOIO € 1.267,06.

Aprovado por unanimidade.

13. PROTECÇÃO CIVIL:

13.1. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CARCAVELOS S. DOMINGOS DE RANA, PARA COMPARTICIPAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA PREVENÇÃO E SEGURANÇA 2010 - € 1.000,00.

Aprovado por unanimidade.

14. DIVERSOS:

14.1. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA APOIO À REALIZAÇÃO DO TROFÉU DE PORTUGAL AUDI MEDCUP 2010.

Aprovado por unanimidade.

15. INFORMAÇÕES:

15.1. COMUNICADOS DE IMPRENSA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

15.2. AGENDA DESPORTIVA PARA O MÊS DE NOVEMBRO DE 2010.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

15.3. CASCAIS ACTIVO É DESPORTO NA ESCOLA 2010/11 - CALENDÁRIO DE ACTIVIDADES PARA NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2010.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

15.4. EXPOSIÇÃO XILIUGONG, SEIS PALÁCIOS DO OESTE DE SOFIA PINTO CORREIA MELO – 16 DE DEZEMBRO DE 2010 A 22 DE JANEIRO DE 2011 - ESPAÇO MEMÓRIA DOS EXÍLIOS.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

15.5. KORKY PAUL E A BRUXA MIMI NA BIBLIOTECA - BMC – CASA DA HORTA DA QUINTA DE SANTA CLARA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

15.6. PROGRAMA CULTURAL NOVEMBRO 2010.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

15.7. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 30 SETEMBRO DE 2010.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

15.8. CONSTRUÇÃO DO QUARTEL DA PSP DE CASCAIS.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

15.9. INAUGURAÇÃO DA BIBLIOTECA DA ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO N.º 3 DE CASCAIS.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

15.10. EDIÇÃO DO BOLETIM MUNICIPAL POR VIA ELECTRÓNICA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Início 11:03

1- JOSÉ MANUEL JESUS TAVARES CASTRO.

Morador na Av^a Eng^o Adelino Amaro da Costa – Cascais.

Solicitou uma vistoria, ao abrigo do art^o 10^o do RGEU, ao seu apartamento sito na Av^a Eng^o Adelino Amaro da Costa em Cascais e derivado do facto de existirem infiltrações de águas provocadas pelo andar de cima e motivado por obras realizadas nesse andar. Essa vistoria foi feita em 21 de Junho último, mas nunca lhe foi dado conhecimento da mesma e necessita desse documento para entregar na companhia de seguros para efeitos de indemnização por estragos em electrodomésticos, resultantes das referidas infiltrações.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA informou que foi realizada a vistoria à casa do Sr. José Castro, mas para completar essa vistoria importa também vistoriar o apartamento do vizinho de cima para verificar se a origem das anomalias é desse apartamento. Sucede que o proprietário desse apartamento não compareceu na data marcada, pelo que não foi possível concluir a vistoria. Nesse sentido foi marcada nova data para o dia 3 de Novembro.

2- MARIA JÚLIA DÁS NEVES LUCAS.

Não compareceu.

3- CARLOS ANTÓNIO RIBEIRO.

Não compareceu.

4- JOSÉ MOREIRA.

Não compareceu.

5- SÉRGIO BENJAMIM DA SILVA AUGUSTO.

Não compareceu.

6- CARLOS NOGUEIRA.

Morador na Rua dos Cabecinhos, 45 – S. Domingos de Rana.

A razão porque se apresenta nesta reunião de Câmara prende-se com os cheiros oriundos da lixeira de Trajouce, situação que já é debatida no Concelho há muito tempo, mas cuja resolução tarda. Trata-se de uma lixeira que aparentemente foi selada, mas parece que, por vezes, o selo se rompe e isso ocorre duas, três, quatro vezes por semana, em que o cheiro nauseabundo invade toda a Freguesia de S. Domingos de Rana, por vezes a

Freguesia de Carcavelos, também a Freguesia de Parede e invade igualmente os outros concelhos vizinhos, mas estes também têm de ser invadidos com esse cheiro porque o lixo também é oriundo deles. Mas a população do Concelho de Cascais tem sido constantemente sofredora dessa situação, principalmente as pessoas que vivem na Freguesia de S. Domingos de Rana e gostaria de saber se efectivamente a lixeira foi selada ou não, enfim, o que é que se passa para continuarem a existir estes cheiros e o que é que a Câmara está a pensar fazer para que estes incidentes - pelo menos acredita que é disso que se trata- deixem de acontecer e que, a manterem-se, provavelmente esses cheiros acabarão também por chegar à Freguesia de Cascais.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA informou que a lixeira, de facto, está selada e os cheiros não têm a ver com a lixeira. Os cheiros que o munícipe fala têm a ver com a decomposição dos resíduos sólidos urbanos recolhidos ali, que não seguem por questões de ordem operacional logo para os locais de destino e são depositados temporariamente naqueles armazéns que lá estão e quando são recolhidos, o lixo que está por baixo já está em fase de decomposição e daí libertar o cheiro que foi referido pelo munícipe, mas actualmente o lixo já não está a ser colocado em Trajouce, só que com a sua deposição ali, de facto entram rapidamente em decomposição e daí a origem dos cheiros que o Sr. Carlos Nogueira referiu e bem, mas que são de muito menor intensidade do que eram antigamente. Mas de qualquer dos modos não deixa de incomodar as pessoas sempre que isso acontece e conhece bem o problema, até por razões pessoais e familiares. O que está a ser desenvolvido - e não é pela Câmara, mas sim pela TRATOLIXO, que é uma empresa intermunicipal criada pelos Municípios de Cascais, Oeiras, Sintra e Mafra- é uma nova instalação em Mafra, e foi isso que acabou por provocar o atraso dentro de Trajouce, porque era o Município de Sintra que tinha a obrigação de fazer o novo investimento e portanto tirar o lixo de Trajouce e passar para Sintra, mas este Município, na vigência da anterior presidente de Câmara, não assumiu esse compromisso a que estava obrigada, e foi Mafra que acabou por o assumir. Portanto as obras estão a ser realizadas em Mafra, a bom ritmo, e espera que num curto espaço de tempo se possam acabar com estes cheiros. Entretanto para Trajouce está previsto um plano director de recuperação desta localidade que vai permitir requalificar toda a instalação que está em Trajouce. Ela já foi beneficiada com um conjunto de obras, não ao nível daquilo que o Sr. Carlos Nogueira se queixou, mas sim obras a nível da ETAR e de um conjunto de outros problemas que a própria central de Trajouce tinha. Esse plano director está em marcha, para que se possa colocar Trajouce da mesma forma como, por exemplo, a ALIPOR no Porto, onde ainda esta semana teve oportunidade de se deslocar e pode verificar que se entra numas instalações com as mesmas funções das de Trajouce e, ao fim e ao cabo, as pessoas nem se apercebem onde é que estão.

O Sr. Carlos Nogueira propôs, já que se está a fazer essa estação de resíduos sólidos em Mafra, que ao lado fizessem já um pavilhão onde pudessem fazer a recolha desses lixos que estão agora a ser depositados nos armazéns em Trajouce, porque a população está um pouco cansada de sofrer por este problema ao longo dos anos. De facto tem-se vindo a tratar do problema e realmente o executivo tem procurado tratar do problema e está a ser solucionado, mas há bastante tempo que a população vem sofrendo e continua a sofrer deste problema. O Sr. Vice-Presidente diz que o cheiro agora é muito menor, mas a verdade é que continua a haver cheiros e as pessoas estão cansadas desta situação que já perdura há muitos anos, com origem no lixo que até não é só seu, mas são apenas eles que têm de suportar o problema. Por exemplo neste Verão houve dias na Praia de Carcavelos que o cheiro era insuportável, e isto é inadmissível num concelho como este. Teve oportunidade de ouvir a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, no período de antes da ordem do dia em que falou do turismo e que estamos na 4ª região turística mais importante do País, e depois sucedem coisas destas, que são inadmissíveis. Pensa que é uma questão fulcral, que deve ser resolvida o mais rapidamente possível.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA disse que a solução que o Sr. Carlos Nogueira apresentou não é uma solução técnica, terá todo o gosto, tendo o Sr. Carlos Nogueira interesse, em lhe fazer chegar cópia do plano director que está previsto para Trajouce, bem como o que está a ser desenvolvido. Irá pedir à TratoLixo que lho envie, pese embora todas as câmaras municipais o tenham e as juntas de Freguesia também, mas pode ter a certeza que a pressão da Câmara Municipal de Cascais sobre a TratoLixo, juntamente com os outros municípios, nomeadamente Oeiras, porque são os mais afectados, é bastante forte. De resto está convencido que o próprio futuro do Concelho de Cascais, do ponto de vista estratégico, em termos já mais macro de ordenamento do território se fará exactamente naquela zona, porque basta conhecer minimamente a zona, para se perceber a realidade daquele local, com o Taguspark do lado de Oeiras e com todo o conjunto de boas infra-estruturas que lá estão construídas, que é uma realidade e do lado de Cascais é uma outra realidade completamente distinta e a própria expansão e a própria criação de emprego que se pode estabelecer em Cascais é exactamente nessa zona e só se pode fazê-lo se estiver resolvida a questão de Trajouce e portanto daí também a enorme pressão que está a ser feita para este problema ser resolvido quanto antes, ainda para mais quando está prevista a construção da estrada que vai atravessar exactamente a fronteira de Cascais com Oeiras e que vai até Sintra e que passa por Trajouce e portanto aquela zona passa a ter uma capacidade de desenvolvimento completamente diferente daquela que tem tido porque um dos problemas são exactamente as acessibilidades.

O Período de Intervenção do Público terminou às 11:20

Às 13 horas e 52 minutos foi aprovada e assinada esta minuta e encerrada a reunião.

Eu, [assinatura] a subscrevi.

O Presidente

ANTÓNIO D'OREY CAPUCHO

[assinatura]

Os Vereadores

MARIA TERESA PERES D. RODRIGUES GAGO

[assinatura]

CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS

[assinatura]

MARIANA RIBEIRO DOS S.R.F. COSTA CABRAL

[assinatura]

ALÍPIO MARQUES MAGALHAËS FERNANDES

[assinatura]

MIGUEL PINTO LUZ

[assinatura]

ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO

[assinatura]

PEDRO ARANTES LOPES DE MENDONÇA

[assinatura]

FERNANDO MONTENEGRO VALADAS MARTINS

[assinatura]

MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMA CORDEIRO

[assinatura]

JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO

[assinatura]